

# 1. Apresentação

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Ciência de Dados, do Centro de Ciências, da Universidade Federal do Ceará (UFC), segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, Lei 9.394/96. O presente documento versa sobre o processo histórico de construção do curso, seu processo de implantação, suas formas de ingresso, sua duração e distribuição das atividades acadêmicas, sua estrutura curricular, seus princípios norteadores, perfil e áreas de atuação do egresso, aqui chamado de bacharel em Ciência de Dados. As disciplinas obrigatórias e optativas são apresentadas em forma matricial com seus respectivos pré-requisitos. Ao final do documento, o leitor encontrará manuais informativos acerca dos procedimentos para a validação das Atividades Complementares e de Extensão.

A área de Ciência de Dados é multidisciplinar, pois conjuga conhecimentos de Estatística, Computação, Matemática e Algoritmos de Otimização. Por isso, com o intuito de construir um projeto sólido em Ciência de Dados, o corpo docente do Departamento de Estatística e Matemática Aplicada convidou, em 2021, o Departamento de Computação da Universidade Federal do Ceará para construir uma proposta de reformulação do Bacharelado em Matemática Industrial conjugando a expertise de ambos. O resultado deste trabalho colaborativo é o presente PPC que reformula o Bacharelado em Matemática Industrial e o renomeia em Bacharelado em Ciência de Dados, sendo um de seus pontos centrais o compartilhamento da coordenação entre ambos os departamentos. Por conseguinte, a estruturação da reforma foi conduzida pelo Núcleo Docente Estruturante do Bacharelado em Matemática Industrial (NDE - Gestão XXX-XXX) juntamente com a equipe de professores colaboradores designados pelo Departamento da Computação.

Os pressupostos legais e normativos citados abaixo foram também utilizados para o processo de construção do PPC do curso de Bacharelado em Ciência de Dados e Pesquisa Operacional (Ciência de Dados) da UFC:

## A. No âmbito da UFC

– ESTATUTO DA UFC

Contém as definições e formulações básicas para a organização e o funcionamento da Universidade.

- REGIMENTO GERAL DA UFC  
Disciplina aspectos da organização e funcionamento comuns aos diversos órgãos e serviços da UFC, completando o estatuto a que se incorpora.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL(PDI)/2018-2022  
Apresenta o planejamento estratégico da UFC dentro de uma visão sistêmica, considerando o cenário interno e externo da instituição.
- PORTARIA UFC nº 35/2018, 23 DE NOVEMBRO DE 2018  
Dispõe sobre a matrícula no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
- RESOLUÇÃO Nº 07/CEPE, DE 17 DE JUNHO DE 2005  
Dispõe sobre as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFC.
- RESOLUÇÃO Nº 10/CEPE, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012  
Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Ceará e estabelece suas normas de funcionamento.
- RESOLUÇÃO Nº 14/CEPE, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2007  
Dispõe sobre a regulamentação do “Tempo Máximo para a Conclusão dos Cursos de Graduação” da UFC.
- RESOLUÇÃO Nº 17/CEPE, 02 DE OUTUBRO DE 2017  
Estabelece normas para disciplinar a normalização de trabalhos acadêmicos na Universidade Federal do Ceará.
- RESOLUÇÃO Nº 21/CEPE, DE 14 DE JULHO DE 2006  
Disciplina o Programa de Estágio Curricular Supervisionado para os alunos dos Cursos de Graduação da UFC.
- RESOLUÇÃO Nº 28/CEPE, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017  
Dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará.
- RESOLUÇÃO Nº 32/CEPE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009  
Disciplina o Programa de Estágio Curricular Supervisionado para os estudantes dos Cursos Regulares da UFC.
- RESOLUÇÃO Nº 23/CEPE, DE 3 DE OUTUBRO DE 2014  
Estabelece normas visando a fortalecer o ensino de graduação e de pós-graduação, a pesquisa e a extensão, ao fixar o regime de trabalho e carga horária dos professores do Magistério Superior da UFC, e dá outras providências.

## B. No âmbito Nacional

- LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996  
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004  
Institui o sistema nacional de avaliação da educação superior - SINAES e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007  
Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- PORTARIA Nº 3.284/2003, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003  
Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- LEI Nº 11.788/2008, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008  
Estabelece as normas para realização de estágios de estudantes.
- PARECER CONAES Nº 04/2010 E RESOLUÇÃO Nº 01/2010, DE 17 DE JUNHO DE 2010  
Dispõem sobre a função e composição dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE).
- LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014  
Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018  
Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014- 2024 e dá outras providências.
- INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA PRESENCIAL E A DISTÂNCIA (DAES/SINAES/INEP/MEC; OUTUBRO DE 2017)  
Dispõe sobre credenciamento de cursos de graduação e transformação de organização acadêmica.
- PORTARIA Nº 2 - MEC, DE 5 DE JANEIRO DE 2009  
Aprova o instrumento de avaliação para reconhecimento de cursos de graduação – Bacharelados e Licenciaturas – do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

- LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002  
Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- DECRETO Nº 4.281/2002, DE 25 DE JUNHO DE 2002  
Regulamenta a Lei nº 9.795/1999 e a Resolução nº 02/2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003, QUE ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996  
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- LEI Nº 9.795/1999, DE 27 DE ABRIL DE 1999  
Dispõe sobre a Educação Ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- PARECER CNE/CP Nº 08, DE 30 DE MAIO DE 2012 E A RESOLUÇÃO Nº 01, DE 30 DE MAIO DE 2012  
Estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 01, DE 17 DE JUNHO DE 2004  
Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Este PPC é dividido em dez capítulos. O primeiro apresenta o projeto e seus fundamentos legais. No segundo capítulo é feita uma breve revisão histórica da formação da UFC, sua missão, visão, valores e infraestrutura atual. O terceiro capítulo trata das principais motivações para a reforma. O tema central do quarto capítulo é descrição da visão de Ciência de Dados adotada neste projeto. O quinto capítulo detalha as características do curso, descrevendo, dentre outros aspectos, o regime, a duração, a modalidade e o processo de ingresso. A estrutura curricular em termos de componentes e unidades é abordada no sexto capítulo. O sétimo capítulo trata da gestão acadêmica. A infraestrutura utilizada pelo curso é descrita no oitavo capítulo. Os dois últimos são destinados às referências e apêndices.